

Lazer e tempo livre na “terceira idade”: potencialidades e limites no trabalho social com idosos

Solange Maria Teixeira

RESUMO: o objetivo deste artigo é apresentar uma crítica aos “programas para a terceira idade” que visam a ocupação do “tempo livre” com atividades de lazer e recreação, com base na crítica aos fundamentos teóricos e ideológicos do lazer e do “tempo livre” que os fundamentam e de onde emanam as potencialidades no trabalho social com idosos.

Palavras-chave: lazer; terceira idade; tempo livre.

***ABSTRACT:** The objective of this article is to present a critical analysis of the “programs for the third age” that seek to occupy the “free time” with leisure and recreation activities. The starting point is the criticism to the theoretical and ideological foundations of leisure and “free time” that are both the bases of these programs and the sources of potentialities in the social work with aged people.*

***Keywords:** Leisure; Third Age; Free Time.*

Introdução

Os programas sociais para a “terceira idade”, com objetivos de integração, re-socialização e valorização social dos idosos através do lazer e da educação permanente emergem no Brasil através da filantropia empresarial, tais como os trabalhos do SESC e, posteriormente, das

Universidades Abertas para a Terceira Idade, das quais a PUC-Campinas é pioneira, instaurando formas alternativas de convívio, participação e ocupação dos idosos não institucionalizados.

Dentre aqueles programas, nos quais o lazer aparece como atividade principal e ao mesmo tempo como fundamento teórico, de onde emanam as potencialidades do trabalho social com idosos, destacam-se os Grupos de Convivência ou Centros de Convivência. Os primeiros grupos de convivência organizados pelo SESC datam da década de 1960, formando grupos de aposentados em torno do lazer e da recreação, através de uma nova ocupação do “tempo livre”, capaz de gerar uma nova sociabilidade contra a “marginalização” do idoso e em favor de sua valorização social. Posteriormente, esses grupos, denominados Centro de Convivência foram aglutinados num mesmo espaço social, com os seguintes objetivos:

- incentivar a integração social dos idosos melhorando suas condições de vida e promovendo sua socialização, atualização cultural e a descoberta de novas habilidades, numa perspectiva de inserção social;
- auxiliar os idosos a preencher seu tempo livre com práticas e relações saudáveis, mas sobretudo a redimensionar sua vida, a ver o envelhecimento sob um novo prisma, em que a natureza fragilizada física dos mais velhos pode ser harmonizada com dignidade;
- promover a valorização dos idosos como fonte e repositório da memória histórica, proporcionando sua reintegração e participação nos processos sociais. (SESC, 2004, p. 6)

As atividades previstas nesses programas são diversificadas; de uma forma geral, porém, estão aglutinadas num conjunto de práticas que envolvem as seguintes dimensões do lazer:

- artístico ou cultural (folclore, teatro, oficinas, música, dança, coral, modelagem, pintura, artesanato, etc.);
- educativos ou informativos: palestras, seminários, ciclos de debates, cursos, filmes, vídeos, dentre outros;
- social: comemorações ou calendário festivo;

- físicas: hidroginástica, ginástica, caminhada, alongamento, atividades esportivas, etc.;
- viagens, excursões, passeios, turismo social. (SESC, 2003)

Além das atividades sociais, esportivas, recreativas, culturais, educativas, inclui-se envolvimento com a comunidade em trabalhos voluntários, beneficentes, em campanhas educativas e em outras atividades que visam resgatar a participação e a “utilidade social do idoso, a auto-estima dela decorrente, amenizando os efeitos do preconceito, do abandono e do isolamento social” (ibid.) que estigmatizava os idosos.

Embora as primeiras experiências dessem ênfase ao associativismo em torno do lazer, com a criação e o fortalecimento dos grupos de convivência, com organização própria, as experiências expandiram-se para a oferta de serviços de entretenimento, lazer, recreação, cursos, palestras, etc. a serem escolhidos pelo idoso.

Hoje, a instituição atende cerca de cem mil idosos no país, nos programas: Grupo ou Centro de Convivência de Idosos, Escola Aberta para a Terceira Idade, Trabalho de Pré-Aposentadoria, Programa SESC Gerações, Trabalho Voluntário na Terceira Idade, que objetivam a socialização, a autonomia e a melhoria da auto-estima com a reconstrução da própria imagem do idoso.

Essas experiências expandiram-se para várias instituições privadas (lucrativas e não-lucrativas) e públicas. A título de exemplo, a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, em 1976, lançou um projeto para atendimento ao idoso do estado de São Paulo – Programa Pró-Idoso –, elaborado em conjunto com o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, durante a gestão de Paulo Salim Maluf. Conforme os estudos de Haddad (1986), a proposta, além da assistência ao idoso institucionalizado, também prevê a ação com vistas a atingir os idosos não asilados e a atingir o objetivo de “proporcionar ao idoso a participação em atividades educativas, ocupacionais, sociais e recreativas, aproveitando sua capacidade e prevenindo seu isolamento” (p. 77) estabelecendo como meta implantar os Grupos de Convivência.

Atualmente, os Centros de Convivência espalham-se por todo o país, como programa social financiado pelo governo federal e implementado pelos municípios, estados e sociedade civil, com aqueles mesmos objetivos e atividades.

Considerando que esses programas centram-se em atividades de lazer, nas suas funções de entretenimento, recreação e desenvolvimento da personalidade, e em suas potencialidades capazes tanto de gerar atitudes ativas, novos comportamentos e sentimentos que se contrapõem aos estereótipos e preconceitos, quanto de fundar novas sociabilidades e experiências de associativismo que proporcionem bem-estar, valorização social, auto-estima e reconstrução da própria imagem, fundamentado nas análises teóricas sobre o lazer e suas potencialidades no trabalho social, assim, a análise crítica desses programas só podia se dirigir a seus fundamentos teóricos e ideológicos e às categoriais de “tempo livre” e seu corolário, o lazer, na ordem do capital.

Para discutir as potencialidades e os limites do lazer no trabalho social com idosos, faz-se necessária uma crítica que desmascare a ideologia do igualitarismo que o perpassa, da falsa idéia de liberdade de escolha, da sua pretensa autonomia em relação ao mundo do trabalho, da sociabilidade e associativismo aclassista.

Essa perspectiva inviabiliza qualquer análise do lazer pelo lazer, como uma esfera separada e autônoma das relações de produção, como um tempo verdadeiramente livre e de desenvolvimento da personalidade, de realizações de ricas necessidades num sistema sociometabólico totalitário e abrangente do capital que controla e engloba desde o campo da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades. O primeiro passo desta análise é estabelecer os fundamentos teóricos, ou seja, a matriz teórica que orienta esses programas e demarcar suas interpretações do lazer e do tempo livre.

Fundamentos teóricos do lazer e “tempo livre” dos programas para a terceira idade

O lazer tem sido tratado, na literatura sociológica, segundo as variáveis tempo¹ e atitude.² Em relação a esta última variável, o lazer é associado a um estilo de comportamento, podendo ser encontrado em qualquer atividade que traduza no praticante uma grande satisfação, distração, entretenimento, capaz de aliviar as tensões e eliminar o desgaste físico-mental produzido pelos compromissos cotidianos. Criticada por apresentar uma definição mais psicológica que sociológica, e em oposição, emergem as interpretações do lazer através da variável “tempo”. Essa perspectiva considera o lazer segundo as idéias de tempo livre, de liberação não só do trabalho, mas também das obrigações cotidianas, sociais, familiares ou políticas. Enfim, um tempo verdadeiramente livre, em que o lazer representa um campo de livre escolha pessoal, conforme defende o sociólogo Dumazedier.

A influência das idéias de Dumazedier sobre tempo livre e lazer são essenciais na fundamentação dos programas para a terceira idade, tanto na França como no Brasil. Para se ter uma idéia, durante as décadas de 1970 e 1980, o SESC promoveu vários seminários internos, com a presença do autor, além de enviar seus pesquisadores para cursos de pós-graduação na Sorbonne, sob sua orientação direta.

Para Dumazedier, o lazer é, para a maioria dos trabalhadores, o tempo e a ação autodestinadas às mais íntimas formas de enriquecimento ou de satisfação pessoal, abordando-o não apenas na sua

1 Bacal (1988) trabalha com a variável tempo. Ela denomina “tempo necessário” o tempo despendido para a execução das tarefas de trabalho; “tempo liberado” o tempo de que o homem dispõe após o tempo necessário e “tempo livre” como uma parcela do tempo liberado pressupondo a liberdade de escolha do que fazer ou não fazer, compreendendo tanto o lazer como o ócio.

2 Gaelzer (1986) trabalha com a dimensão atitude. “Costuma-se pensar que lazer e tempo livre são a mesma coisa, mas todo mundo pode ter tempo livre e nem todos podem ter lazer. [...] o tempo livre é uma idéia de democracia realizável. O lazer não é por todos realizável por tratar-se de uma atitude e não só de uma idéia. [...] lazer é a harmonia individual entre a atitude, disponibilidade de si mesmo e o desenvolvimento integral” (p. 49).

dimensão compensatória ou complementar às atividades profissionais ou obrigações sociais, mas, eminentemente, como uma necessidade das sociedades modernas, dos indivíduos, relacionadas ao desenvolvimento de sua personalidade; como espaço gerador de novos valores, sociabilidades, convivência social e enriquecimento dos fenômenos culturais; como tempo de livre escolha de atividades que proporciona felicidade, alegria, divertimento, entretenimento; uma nova moral de boa vida ou de qualidade de vida. Perspectiva adotada nos programas desenvolvidos pelo SESC.³

A abordagem que os técnicos do SESC adotam é reveladora do sentido atribuído ao lazer, comum às formulações originais de muitos programas para a terceira idade, baseada na idéia de tempo livre.

Com referência a essa questão, o sociólogo Joffre Dumazedier considera e diferencia a existência de três tempos: tempo de trabalho, tempo liberado e tempo livre, sendo este último aquele que possibilita a real prática do lazer. [...] O tempo livre seria, exatamente, o tempo que resta para ser utilizado em razão de quaisquer interesses, menos daqueles aos quais o indivíduo, por sua função social, tem a obrigatoriedade de atender. No tempo livre pode se situar o tempo de lazer, desde que as atividades assumidas estejam orientadas por uma escolha pessoal. Dessa forma, o verdadeiro lazer é aquele que é produzido segundo interesses do indivíduo, resultado de repouso, diversão, crescimento do relacionamento social, é realizado no seu tempo livre, descomprometido de outros compromissos (Salgado, 1982b, p. 61)

Percebe-se, a partir dessa perspectiva teórica, uma supervalorização do “tempo livre” como espaço de liberdade, de livre escolha, de satisfação de necessidades de auto-realização; uma esfera apartada do

3 Em suas diretrizes de ação, está clara para o SESC esta opção de compreensão do lazer: “a Entidade reconhece a importância do lazer para liberar o indivíduo da fadiga resultante de suas obrigações, notadamente as do trabalho, como também ajudar o indivíduo a suportar os efeitos da disciplina e das imposições obrigatórias, buscando ainda o desenvolvimento de sua personalidade, na medida em que o libera dos condicionamentos que o automatizam” (2004, p. 18).

mundo produtivo, não apenas do trabalho como atividade profissional, mas também da lógica expansionista do capital, dos condicionamentos sociais.

Trata-se de uma proposição romântica e utópica do tempo livre no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma vida absolutamente sem sentido no trabalho e cheia de sentido fora dele, principalmente no envelhecimento, depois de uma vida inteira desprovida de sentido, mas compensada num período de lazer. Trata-se de uma análise que desconsidera a dinâmica social na qual se manifestam as necessidades sociais e sua relação com o sistema produtor de mercadorias.

Apostando na liberdade, restrita à livre escolha, Dumazedier (2004, p. 34) define lazer assim:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se entregar de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

É exatamente a falta de articulação entre as condições históricas sociais produtoras de necessidades e suas relações com a produção, distribuição e consumo na sociedade capitalista, que cria a falsa noção de liberdade individual nesta sociedade. Todavia, como destaca Heller (1986, p. 58), no:

[...] universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é só aparente: a particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas, sobretudo, em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho [...] dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo, o particular se converte em escravo desse conjunto de necessidades.

A necessidade de tempo livre e do lazer não é apenas uma conquista dos trabalhadores, como também uma necessidade do sistema produtor de mercadorias, para o consumo de seus produtos, bens e serviços (materiais e simbólicos). Como necessidades humanas, a necessidade do lazer traz a marca das condições sócio-históricas, cuja possibilidade de satisfação dessa necessidade ou acesso está definida pelo lugar ocupado na divisão social do trabalho.

As contradições do sistema produzem necessidades cada vez mais ricas, ao mesmo tempo em que empobrecem, homogeneizam necessidades para a grande maioria dos trabalhadores, principalmente os mais pobres, ou seja, não satisfaz necessidades elementares da existência, posto que o fim da produção não é a satisfação de necessidades, mas a valorização e reprodução do capital.

Sem dúvida, a necessidade de tempo livre constitui, segundo Marx (apud Heller, 1986), uma necessidade elementar, porque supera, em todo momento, a alienação. Logo, a luta pelo incremento do tempo livre (isto é, pela redução do tempo de trabalho) faz parte da ótica de luta da classe operária. Evidentemente, Marx não nega que também a luta por tempo livre pode permanecer dentro do marco do capitalismo, pois são precisamente as leis que regulam a troca de mercadorias que fazem emergir “direitos iguais”; como ressalva Aquino (2005, p. 2), o lazer é a ideologia do igualitarismo:

Acessível – enquanto mercadoria consumível – na esfera da circulação mercantil e tendo como pressuposto o assalariamento, no lazer todos são iguais – ilusoriamente iguais – enquanto consumidores, e enquanto tais já não se reconhecem com o que são em sua vida real. O lazer, assim, é a inversão da vida; a vida de um mundo investido. Situado na aparência do sistema, na esfera das trocas iguais, o lazer compõe a “autonomização da aparência”.

É nesse espaço da distribuição, do consumo, da reprodução social que se busca criar uma nova sociabilidade, uma nova ética capaz de gerar valorização nos idosos; espaço do lazer como valor, como

desenvolvimento da personalidade, como realizável na ordem do capital, com capacidade de alterar essas relações no mundo produtivo, de humanizá-lo.

Todavia, a liberdade é aparente, ilusória, formal, ideológica e incapaz de alterar as condições de vida, a distribuição de riquezas, o controle opressivo do capital sobre o tempo de vida do trabalhador, incluindo seu “tempo livre”, redefinido pelas formas modernas de estranhamento, como espaços de manipulação do consumo, englobando os bens e os serviços de entretenimento, lazer, recreação, moda, cultura, que se definem não só como campo de giro rápido do capital, logo, como espaços de reprodução social deste, mas também como manipulação de comportamentos, atitudes, sentimentos, visões do mundo compatíveis com as determinações da produção e reprodução do capital.

Embora a necessidade de tempo livre converta-se, por princípio, em uma necessidade radical da classe trabalhadora, exatamente porque o sistema cria condições para sua efetivação, mas, ao mesmo tempo, é incapaz de reduzir o tempo de trabalho sem ampliar formas extensivas de exploração, sem gerar desemprego em massa, exclusões do mundo produtivo de milhares de vidas, ou seja, é incapaz de distribuir a riqueza socialmente produzida e o tempo liberado para todos trabalharem menos e se ocuparem com ricas necessidades.

O lazer como campo de desenvolvimento humano é ilusório na ordem do capital. Enquanto não cessar o domínio das coisas sobre os homens e a produção para fins de valorização do capital, as necessidades não poderão ser governadas pela “necessidade de desenvolvimento do indivíduo”.

O controle sobre o tempo livre do trabalhador, como extensão do controle do tempo de vida, remete à idade dos monopólios e aprofunda-se na nova ordem mundial, expandindo-se para todos os setores da vida.

Essa expansão, na nova fase de mundialização do capital, das modalidades de investimentos e de valorização próprios do capital, atinge as áreas antes não-mercantis das políticas sociais e segmentos sociais antes não considerados como consumidores ativos, os idosos, que, por possuírem renda proveniente de pensões e aposentadorias, passam a ser alvo do mercado, como consumidores manipulados. Logo, a preocupação

com seu “tempo livre” não deriva apenas do crescimento numérico dos idosos ou de questões humanitárias, mas também de difusão dos novos comportamentos compatíveis com essas alterações.

Como forma de extensão do controle do capital sobre o tempo de vida do trabalhador, estendem-se as propostas socializadoras e integradoras, a partir da ocupação do “tempo livre” dos idosos, que buscam adestrar os corpos envelhecidos, ativados pelos exercícios físicos, mantidos através da boa alimentação, incentivados por variadas formas de entretenimento e atividades recreativas, submetidos às receitas gerontológica que, como destaca Haddad (1986), camuflam a tragédia do fim da vida que abate os trabalhadores envelhecidos e a maioria dos idosos.

Se não é a satisfação de necessidades ricas, de auto-satisfação, que visa o sistema capitalista, a não ser utopicamente numa esfera apartada da produção, como é tratado pelos apologistas do “tempo de lazer”, essa pseudovalorização do idoso, sem alteração nas relações de produção que geram expropriação, só pode estar relacionada ao avanço do consumo e da mercantilização de áreas e setores ainda não mercantilizados, rompendo com todos os obstáculos, dentre eles os direitos sociais e comportamentos tradicionais do grupo etário, principalmente daqueles idosos que possuem renda, saúde, disposição de viver novas experiências. Isso se explica porque a produção não gera apenas o objeto da necessidade, mas o sujeito das necessidades, articulada dialeticamente ao consumo.⁴

Obviamente que se o lazer não pode ser igualado ao consumo, como destacam as críticas de Dumazedier (1999) às análises marxistas do lazer, com certeza, sua análise não pode prescindir das relações com o consumo e com as relações de produção. Conforme Marcuse (1987),

4 Marx (1978, p. 109) trabalha essas relações dialéticas entre produção e consumo. Assim define: “sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção [...]. O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece o objeto do consumo em sua forma exterior, não é menos claro que o consumo põe idealmente o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade”.

o lazer na sociedade capitalista é uma alienação, uma ilusão de livre satisfação das necessidades do indivíduo, porquanto essas necessidades são criadas, manipuladas pelas forças econômicas da produção e do consumo de massa, conforme os interesses do capital. Os bens e serviços do lazer estão, pois, submetidos às mesmas leis do mercado que outros bens e serviços. Assim, a noção utópica e romântica de realização pessoal, de espaço de desenvolvimento da personalidade fica comprometida, bem como a da livre escolha, a de atividades sem fins lucrativos e desinteressadas.

O lazer não está livre da mácula expansionista e manipuladora do capital, do mundo produtivo. Aí estão situadas as iniciativas do patronato, como o SESC, e o lazer promovido pelas empresas a funcionários e comunidade, como estratégias de controle sobre um tempo que o trabalhador não deve explicações, mas que guiados por essas políticas, visam adestrar, disciplinar, domesticar e direcionar a ocupação do tempo livre, seja para recomposição das forças, seja para criação dos laços de pertencimento à empresa, seja para gerar novos valores, visões de mundo, sentimentos e atitudes solidárias, participação voluntária, cooperação entre capital e trabalho, em nome do desenvolvimento pessoal, da qualidade de vida.

Exatamente em função dessa relação entre lazer e consumo, respectivamente na França e na Inglaterra (cf. Lenoir, 1979 e Featherstone, 1998), emergem, nas últimas décadas, imagens atuais da velhice como tempo de lazer, de realizações de sonhos de juventude, de criatividade ou de uma suposta equação nova e positiva, que enfatiza capacidade, saúde e atividades como legítimas para a velhice, que têm como base uma crescente influência das pensões privadas destinadas às classes médias e altas e os serviços que são oferecidos para atraí-los.

Nesses programas, não há uma valorização da pessoa idosa por sua experiência de vida, pelo saber acumulado, pela contribuição com a riqueza social produzida, mas há um reforço à indução comportamental, de atitudes ativas, aquelas em que os idosos usam a máscara da juventude de espírito e negam a velhice.

É em nome desses novos valores, de uma nova sociabilidade movida pelas necessidades de entretenimento, recreação, divertimento e

desenvolvimento da personalidade, capaz de criar alternativas de estilo de vida, que se enfatizam as funções do lazer, base de onde emergem os objetivos buscados nesses programas.

Para Dumazedier (2004), são quatro as funções básicas do lazer. Sua primeira função é a liberação e o prazer. Nesse sentido, “o lazer é reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho” (p. 34). A segunda função compreende divertimento, recreação e entretenimento. Trata-se de um fator de equilíbrio em meio à disciplina e às coerções necessárias à vida social, um meio de evasão do cotidiano. A terceira função dá um novo aspecto ao lazer, constituindo desenvolvimento da personalidade, que permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica, oferecendo novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais (ibid.).

Todavia, essa função de desenvolvimento pode, ainda, segundo esse autor, criar novas formas de aprendizagem voluntária e contribuir para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras. São nessas dimensões que se colocam os programas para a “terceira idade”, apostando no indivíduo e na sua capacidade, através do lazer e de novas formas de ocupação do tempo livre, de apreender a “arte de saber envelhecer” ou como não envelhecer, de adaptar-se a uma sociedade em mudança, gerando condutas e um estilo de vida ativo, saudável e produtivo capaz de se contrapor a uma experiência socialmente produzida pelas relações sociais capitalistas.

A respeito dessa ênfase no indivíduo, Lima (1999) destaca que, embora haja, nos discursos teóricos dos técnicos do SESC, uma rejeição das abordagens que tomam o lazer como uma atitude, como as propostas norte-americanas, sob o argumento da psicologização exagerada, a dimensão subjetiva é retomada no plano da expressão da personalidade individual.

Esse é um dos efeitos peculiares dos programas de ressocialização e reinserção: promoverem uma individualização do problema social, remetendo-o para o âmbito privado, da ação individual, através da

co-responsabilização dos indivíduos pelos problemas que enfrentam. Em outras palavras, o alvo e a solução da problemática estão no próprio indivíduo.

A manipulação do “tempo livre” mediante indução comportamental, planejamento externo da vida e das atividades consideradas legítimas para a idade, entre elas o lazer, culpabiliza os idosos que não têm motivação e dinheiro para adotar esse novo estilo de vida ativo, participativo e produtivo, assim como os auto-responsabiliza pelo controle dos efeitos do envelhecimento e por seu bem-estar físico e emocional.

Assim, além da crítica ao formato do programa e aos seus objetivos de socialização e integração social, tendo em vista o caráter reformador do homem, buscado em suas ações prioritárias, mantendo sem problematização as estruturas geradoras de desigualdades e dos preconceitos contra os idosos, essa crítica também se estende aos fundamentos teóricos dos programas, a sociologia do lazer e suas funções e potencialidades para o trabalho social.

A principal delas é o limite da sua função de desenvolvimento da personalidade, enquanto perdurar o domínio das coisas sobre os homens, a manipulação do trabalho e expropriação do tempo de vida do trabalhador pelo capital, pois, como destaca Aquino (2005), o lazer na sociedade capitalista é passatempo ou, na versão popular, mata-tempo, que reforça suas funções de compensação e evasão da vida, enviando a dimensão da liberdade para o “tempo livre”, que se restringe a uma liberdade de escolha, ela mesma limitada pelos condicionamentos da expansão do capital, pelos bens e serviços oferecidos, enquanto passatempo.

Outra dimensão dessa crítica refere-se à transformação do lazer em espaços de expansão e reprodução do capital através do consumo, da indústria cultural, do entretenimento, da moda, dentre outros. Como destaca Padilha (2000), a racionalidade econômica, mediante as inovações tecnológicas, pode gerar quantidades crescentes de tempo disponível, que necessitaram das lutas operárias para se estender aos

trabalhadores. A razão econômica, porém, controla o sentido e o conteúdo desse tempo através da manipulação do consumo de mercadorias, bens e serviços, sob a ótica do capital.

Trata-se, como descreve Lukács (1979), de formas de estranhamento, que não mais se restringem à produção e que se realizam, também, fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo fora do trabalho, através da manipulação do consumo, dos gostos, da cultura, etc.

Embora os apologistas do lazer como tempo livre o coloquem numa esfera separada da esfera produtiva, restrita ao trabalho profissional e não às determinações do modo de produção e reprodução sob a lógica do capital, e de outras obrigações, como espaço de desenvolvimento da personalidade, da liberdade de escolha, e como necessidade humana, desconsiderando seu processo histórico e a divisão social do trabalho, que divide as necessidades e as possibilidades de satisfazê-las, esse tempo também está maculado pela lógica do capital, logo, “a desfeticização da sociedade do consumo tem como corolário imprescindível a desfeticização no modo de produção das coisas” (Antunes, 2002, p.176).

Dessa maneira, tempo de trabalho e tempo livre estão articulados. O domínio efetivo e autônomo da esfera do trabalho e da produção também encontra seu corolário na esfera livre e autônoma da vida fora do trabalho, condição para que o tempo livre se torne efetivo e real, espaço de realizações de ricas necessidades, dentre elas, de desenvolvimento pessoal, de atividades de auto-realização, não mais conduzido pelas regras impositivas do mercado. Como destaca Antunes (ibid.), a libertação do trabalho humano do fim externo, alienado, estranhado, é o fundamento ontológico para a condição de “ser livre e universal” do homem, para a efetivação de um tempo verdadeiramente livre para todos.

Portanto, as novas sociabilidades capazes de gerar novas relações sociais não se dão na esfera da reprodução, mas da produção. Uma vida cheia de sentido no tempo livre, na velhice, pressupõe uma trajetória de vida dotada de dignidade e sentido. Apostar na capacidade do indivíduo, através de atividades desinteressadas, do convívio grupal, da participação voluntária para reverter problemas estruturais – uma desvalorização

social que atinge toda a classe trabalhadora convertida em objeto, em força produtiva material, e que reproduz vidas sem sentidos, sem valor – é uma individualização exacerbada da vida social, uma psicologização que torna a velhice um dado controlável, um estado de espírito, que pode ser retardada, negada, refeita conforme a vontade, o estilo de vida de cada um, do seu compromisso com a qualidade de vida, de se envolver em atividades saudáveis, em se sentir útil e valorizado, em recriar papéis e sentido de vida, logo, uma responsabilidade individual, constantemente acionada pelos programas.

Esses programas são também espaços de controle da consciência social, forjando uma consciência aclassista, supraclassista, através do incentivo a novas formas de associativismo, e de agrupamentos em torno do lazer. As organizações recreativas e educativas são consideradas as formas mais originais de sociabilidade desenvolvidas pelo lazer, como destaca Dumazedier:

Essas associações de lazer (esportivas, turísticas, musicais e intelectuais) [...] não se formam devido à divisão das classes sociais, mas apesar delas; não se relacionam com o futuro, mas com o presente; tendem a desviar uma parte do potencial social do campo da produção e também das tensões suscitadas pelas relações sociais, orientando-as na direção de um universo, semi-real, semi-imaginário, onde o homem poderá subtrair-se de suas relações com a humanidade e docemente entregar-se a si próprio. (2004, p. 49)

Um individualismo exacerbado é a lógica desse tempo livre, uma evasão da vida, uma rejeição do cotidiano é a lógica desse associativismo, incapaz de libertar a vida das amarras da alienação. Essa nova sociabilidade implica uma nova consciência individualista e hedonista e a infantilização dos sujeitos sociais. A ação pelo “tempo livre”, por sua ocupação com atividades e relações saudáveis, dissocia-se da luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato.

Todavia, os programas para a “terceira idade” buscam, através do lazer, as atitudes ativas, capazes de proporcionar um envelhecimento

ativo, participativo, autônomo. Assim, as atividades de lazer desses programas não apenas enfatizam sua dimensão compensatória do trabalho, de evasão do cotidiano, mas também podem gerar espaços de aprendizagem e de reflexão.

Como destaca Dumazedier (*ibid.*), a atitude ativa implica, ao menos periodicamente, uma participação consciente e voluntária na vida social e cultural, opondo-se ao isolamento e ao recolhimento social, à “anomia”, que são tomados como a problemática que atinge a velhice, genericamente, para a qual o lazer e a educação permanente são apontados como o modo mais eficiente e barato de enfrentamento. Essa atitude, para esse autor, opõe-se à submissão às práticas rotineiras, às imagens estereotipadas e às idéias preconcebidas de determinado meio social. Portanto, são dessas potencialidades do lazer que derivam, pelo menos na aparência, as iniciativas de reconstrução de imagem dos idosos, da luta contra os preconceitos, de ressignificar a velhice. É com ela que se visa contrapor a desvalorização social dos trabalhadores idosos.

O tempo de lazer define-se também como um tempo de aprendizagem, mesmo que desinteressada, sem obrigatoriedade e mecanismos formais de aferição.

O tempo de lazer, enquanto um tempo de fruição, torna-se também um tempo de aprendizagem, aquisição e integração, diversos sentimentos, conhecimentos, modelos e valores da cultura, no conjunto das atividades nas quais o indivíduo está enquadrado. O lazer poderá vir a ser uma ruptura, num duplo sentido: a cessação de atividades impostas pelas obrigações profissionais, familiares e sociais, e, ao mesmo tempo, o reexame das rotinas, estereótipos e idéias já prontas que concorrem para a repetição e especialização das obrigações cotidianas. (*Ibid.*, p. 265)

Investindo nessas potencialidades do lazer, os programas definem-se com objetivos para além da valorização e do convívio para idosos, como também de “promoverem uma revisão profunda do papel

social e da imagem do idoso, ajudando a criar condições de libertá-lo do preconceito e da marginalização” (SESC, 2003, p.26), como se esses preconceitos independessem das condições materiais de produção.

É a partir dessa potencialidade de aprendizagem, aquisição e integração, através das atividades de lazer, que se ampliaram as atividades dos Centros de Convivência:

Os primeiros grupos de convivência de idosos do SESC-SP caracterizaram-se fundamentalmente pelas atividades sociais, esportivas e recreativas, com uma programação que oferecia aos idosos uma série de oportunidades descontraídas para a socialização: jogos de salão, gincanas, animações musicais dançantes, bailes, passeios, trazendo como benefício a sensação de bem-estar físico e emocional, decorrentes dessas atividades; depois se incluíram atividades de aprendizagem, de informação, visando atualizá-lo e capacitá-lo para uma melhor integração social à sociedade, incluindo-se atividades como cursos e seminários sobre temas relacionados ao envelhecimento, palestras de orientação e atualização sobre previdência social, assuntos jurídicos, saúde, dentre outros. Sessão de cinema e teatro, oficinas de criação e atividades de expressão artística como formação de corais ou conjuntos musicais e a realização de exposições de arte. (Ibid., p. 46)

Essas atividades, aparentemente de livre escolha, mas cujo acesso depende da capacidade de pagamento pela participação nas atividades, são partes de um planejamento externo de ocupação do “tempo livre” pelo patronato, pela iniciativa privada que induz comportamentos e atitudes compatíveis não apenas com a dimensão de consumidores ativos, mas também com as formas de enfrentamento do crescimento do número de idosos que conta com sua participação, da família, da comunidade e das organizações não-governamentais, induzindo-os a buscar seu bem-estar nos serviços oferecidos por essas organizações sociais e pelo mercado.

Considerações finais

Os programas sociais para idosos, fundamentados no lazer (sociocultural, artístico, intelectual, físico, dentre outras dimensões) ou de educação permanente, de iniciativa pública ou privada, constituem espaços contraditórios, que, sob a intenção explícita de gerarem espaços de sociabilidade, convívio, participação e ocupação do tempo livre dos idosos, difundem mecanismos de controle sobre o tempo de vida do trabalhador e de outros grupos, estendendo-o para além do tempo de trabalho, para incluir o tempo da aposentadoria, do envelhecimento; redefinindo como tempo de lazer, de prazer, o seu tempo livre, um tempo de consumo de bens e serviços (materiais e simbólicos) para os quais necessitaram de uma revolução cultural que a cultura “pós-moderna” se encarregou de efetivar, capaz de difundir novos comportamentos, atitudes, sentimentos, formas de pensar e viver essa etapa da vida e de criar uma nova consciência social aclassista, fundada em valores de solidariedade, cooperação, em associativismos de base individualista e hedonista do lazer e da qualidade de vida.

Esses programas, ao serem difundidos pela iniciativa privada, são mais que estratégias românticas e utópicas de um capitalismo humanizado, de uma educação libertadora, de um lazer que visa o desenvolvimento da personalidade; são estratégias que engendram associativismos e consciência social aclassistas, de solidariedade entre capital e trabalho, de trabalhos voluntários, comunitários, que legitimam “novas” formas de trato das refrações da questão social, no campo da ajuda, e não do Estado e dos direitos, mantendo, num âmbito inquestionável, o fundamento das desigualdades sociais, a sociedade do trabalho abstrato, aviltante, alienado e assalariado.

Em que pesem as potencialidades do lazer no trabalho social com idosos, de gerar auto-estima, socialização, formas de convivência, aprendizagem voluntária, destaca-se também o seu revés, ou seja, pensá-lo como uma atividade autônoma, livre dos condicionamentos sociais, um mundo apartado da vida cotidiana, das relações de produção, como se a alienação e o estranhamento ficassem lá fora, no mundo

produtivo e não no mundo reprodutivo, do consumo. Como consequência, gera-se associativismos aclassistas e incapazes de promover uma crítica à vida cotidiana e práticas transformadoras para além das mudanças individuais.

Além disso, de uma forma geral, o lazer é o “tempo livre” da sociedade do trabalho abstrato e está maculado pela lógica do capital, como toda a vida humana e as necessidades sociais.

Assim, a submissão da vida ao planejamento externo permanece no “tempo livre” do trabalhador, no seu envelhecimento, agora sujeito a disciplinamento e controle, induzido a adotar estilos e hábitos de vida ditos saudáveis, comportamentos ativos, que transformam os problemas que enfrentam em negligência pessoal, em falta de motivação. E mediante difusão de uma cultura autopreservacionista do corpo, da saúde, dos riscos, através de atividades físicas, recreativas e de entretenimento, esses programas auto-responsabilizam esses idosos pela solução dos mesmos.

Referências

- AQUINO, E. (2005). *Para a crítica do lazer*. Disponível em: <http://www.inventati.org/contraacorrente/revista11/materia09.htm>. Acesso em 5/7/2005.
- ANTUNES, R. (2002). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 5 ed. São Paulo, Boitempo.
- BACAL, S. (1988). *Lazer: teoria e pesquisa*. São Paulo, Loyola.
- DUMAZEDIER, J. (1999). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo, Perspectiva/SESC (Col. Debates, n. 164).
- (2004). *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva/SESC (Col. Debates, n. 82).
- FEATHERSTONE, M. (1998). “O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento”. In: DEBERT, G. G. (org.). *Antropologia e velhice*. 2 ed. IFCH/Unicamp.
- GAELZER, L. (1986). “O compromisso social da educação para o tempo livre”. In: *Reflexão, lazer e trabalho*. Campinas, PUC-Campinas.

- HADDAD, E. G de M. (1986). *A ideologia da velhice*. São Paulo, Cortez.
- HELLER, A. (1986). *A teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona, Edições Peninsulares.
- LENOIR, R. (1998). “O objeto sociológico e problema social”. In: MERLLIÉ, D. et alii. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- LENOIR, R. (1979). L’invention du troisième age: constitution du champs des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la recherche em sciences sociales*, n. 26, pp. 57-82.
- LIMA, M. A. (1999). *A gestão da experiência de envelhecer em programas para a terceira idade: UNATI/UERJ*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Campinas, SP, Unicamp.
- LUKÁCS, G. (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Editora C.H.
- MARCUSE, H. (1987). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARX, K. (1978). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural.
- PADILHA, V. (2000). *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP, Alínea.
- SALGADO, M. A. (1982a). *Velhice: uma nova questão social*. São Paulo, SESC (Série Terceira Idade, n. 1).
- (1982b). O significado da velhice no Brasil: uma imagem da realidade latino-americana. *Cadernos da Terceira Idade*, n. 7, pp. 7-13.
- SESC (2003). *O século da terceira idade*. São Paulo, SESC.
- (2004). *Trabalho social com idosos no SESC Sergipe: 20 anos fazendo história*. Sergipe, SESC.

Data de recebimento: 20/5/2007; Data de aceite: 30/8/2007.

Solange Maria Teixeira – Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: solangemteixeira@hotmail.com.